

Superintendência Nacional de Fundos de Governo
SBS - Qd. 04 Lotes 3/4
Ed. Matriz - 13º Andar
70.092-900 - Brasília - DF

Ofício nº. 1207/2010/SUFUS/GESEF/GEFUS

Brasília, 20 de dezembro de 2010

A Sua Senhoria o Senhor
Arsênio José da Costa Dantas
Secretário de Controle Externo
Tribunal de Contas da União - 2ª SECEX
SAFS - Quadra 04 - Lote 01 Anexo I Sala 305
70.042-900 - Brasília - DF

Assunto: **Resolução BACEN 3.929/25.11.2010 – FIEL – Extinção**
Resolução CAIXA 4.252/24.11.2009 – PCE - Extinção

Senhor Secretário,

1. Informamos, ante o disposto na Resolução BACEN nº. 3.929 publicada em 29.11.2010, que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25.11.2010, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 2.291 (de 21 de novembro de 1986), resolveu que fica extinto o Fundo para Pagamento de Prestações no Caso de Perda de Renda e Invalidez Temporária (FIEL).

1.2 O patrimônio e as receitas remanescentes do FIEL serão incorporados ao patrimônio da União, a qual passará a responder pelas obrigações que venham sobre ele recair. A Caixa Econômica Federal fará jus à remuneração pela administração do FIEL, referente ao período de janeiro de 1998 até a data de efetiva transferência do patrimônio do Fundo para a União.

1.2.1 A referida transferência ocorrerá tão logo sejam encerrados os devidos procedimentos contábeis e financeiros, com previsão para Dezembro de 2010.

1.3 Por oportuno, cumpre informar, que a Medida Provisória 478, publicada em 29/12/2009, disciplinou a extinção da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SH/SFH, bem como a transferência de seus direitos e obrigações ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.



1.3.1 Ressaltamos que embora a MP 478 tenha perdido sua eficácia em 01/06/2010, por não ter sido convertida em lei, o Parecer PGFN/CAF/nº 2111/2010, de 28/09/2010, exarou o entendimento de que a administradora do FCVS possui competência para regular os sinistros durante o exercício de 2010, tendo em vista o vínculo anual estabelecido pela MP 478.

1.3.2 Em 26/11/2010, o governo federal editou a Medida Provisória 513 que autoriza o FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do SH/SFH, oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH.

2. Informamos, também, que por meio da Resolução do Conselho Diretor da CAIXA nº 4252/2009, de 24 de novembro de 2009, foi extinto o Programa de Crédito Educativo - PCE, nos seguintes termos.

2.1 Apropriação em resultado da carteira de crédito do Programa de Crédito Educativo - PCE, dos credores Caixa Econômica Federal - CAIXA e Ministério da Educação - MEC, mediante liquidação operacional e registro contábil, conforme segue:

2.1.1 Baixa operacional da Carteira de Crédito Educativo, tanto credor CAIXA quanto credor MEC, para os contratos com mais de 180 dias de atraso com *rating* "H", provisionados em 100% do credor CAIXA, e para os contratos com *rating* "D" e "H", provisionados em 100%, do credor MEC.


2.1.2 Baixa operacional por liquidação antecipada, a ser procedida pela CAIXA, dos contratos com *status* normal, sob liminar, e execução judicial e/ou sinistrado, independentemente de credor, considerando a imaterialidade e a relação custo x benefício de manutenção.

2.1.3 Apropriação em resultado dos saldos existentes em subcontas que não estejam provisionadas.

2.1.4 Indisponibilização do sistema corporativo para fins de controle e evolução financeira da carteira PCE.

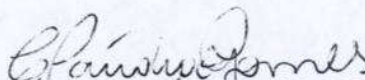
2.1.5 Disponibilização de ferramenta departamental para controle das arrecadações e movimentações operacionais realizadas após a baixa dos referidos contratos do sistema corporativo.

2.1.6 Manutenção dos percentuais de descontos atualmente vigentes para efeitos de eventuais negociações após apropriação em resultado.



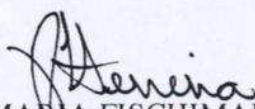
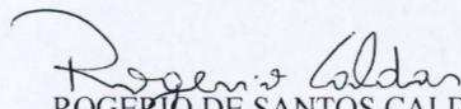
3 Diante de tal situação, depreende-se que não há mais necessidade de apresentação dos Relatórios de Gestão anual do SH/SFH e do PCE para o exercício de 2010, nos termos da DN TCU nº 107/2010.

Atenciosamente,


CLAUDIA MARCIA GOMES

Gerente Nacional

Gerência Nacional de Seguros e Fundos Habitacionais


ROSÂNGELA MARIA FISCHIMANN FERREIRA
Gerente Nacional - S.E.
Gerência Nacional de Fundos Sociais
ROGERIO DE SANTOS CALDAS
Superintendente Nacional
Superintendência Nacional de Fundos de Governo